

Conservadorismo religioso como um desafio às Ciências da Religião, no que tange ao enfrentamento de assimetrias de gênero

Religious conservatism as a challenge to the Sciences of Religion, with regard to confronting gender asymmetries

Carolina Teles Lemos
Clóvis Ecco
Lisa Valéria Vieira Torres
Thiago de Almeida

Resumo

As Ciências da Religião, ao lidarem com o fenômeno da religião como um elemento central da cultura, oferecem um espaço essencial para a análise das concepções e relações de gênero na sociedade. A religião pode atuar tanto na manutenção do *status quo* em questões de gênero, especialmente em contextos conservadores, quanto na promoção de transformações sociais, como ocorre com as teologias feministas. O presente estudo analisa esses dois aspectos, destacando os desafios que eles apresentam para as Ciências da Religião e a Teologia. A metodologia utilizada é a revisão crítica de literatura, e os resultados indicam que a relação entre religião e gênero desafia essas áreas em duas dimensões: epistemológica, ao exigir uma análise crítica do conservadorismo religioso e novas abordagens como as teologias feministas; e prática, na necessidade de promover equidade de gênero tanto nas suas estruturas internas (corpos docentes, discentes e coordenações) quanto externas, por meio da participação na construção de políticas públicas que considerem a equidade de gênero.

Palavras-chave: Religião. Religião e ciência. Religião e sexo. Estudos de gênero. Teologia.

Abstract

The Sciences of Religion, by dealing with the phenomenon of religion as a central element of culture, offer an essential space for the analysis of gender conceptions and relations in society. Religion can act both in maintaining the status quo in gender issues, especially in conservative contexts, and in promoting social transformations, as occurs with feminist theologies. This article analyzes these two aspects, highlighting the challenges they present for the Sciences of Religion and Theology. The methodology used is the critical literature review, and the results indicate that the relationship between religion and gender challenges these areas in two dimensions: epistemological, by requiring a critical analysis of religious conservatism and new approaches such as feminist theologies; and practice, in the need to promote gender equality both in its internal structures (faculty, students and coordinations) and externally, through participation in the construction of public policies that consider gender equality.

Keywords: Religion. Religion and science. Religion and gender. Gender studies. Theology.

Introdução

Falar em Ciências da Religião significa considerar que esses termos expressam a natureza epistemológica, as metodologias envolvidas, a interdisciplinaridade necessária ao tratamento do objeto específico de investigação: a religião. Implica reconhecer, como propõe Guerriero¹, que “pelo fato da religião ser multidimensional, apenas um olhar não dá conta de uma compreensão satisfatória”. Para tal o cientista deve “lançar mão de um conjunto de disciplinas auxiliares como a história, a sociologia, a antropologia, a psicologia etc”.

Para a Área de Ciências da Religião e Teologia, o termo Religião não é entendido em sentido dogmático ou confessional, que conota a qualquer denominação religiosa, mas como indicativo do objeto de estudo: o evento religioso, o fenômeno religioso, acessível à análise metodológico-científica. Portanto, falar em Ciências da Religião permite reafirmar que o objeto em foco é “a dimensão científico-cultural” do evento religioso, que exige um “olhar interdisciplinar”, composto por múltiplas leituras, várias epistemes, e metodologias diversas inerentes e próprias a cada ciência, acomunadas num programa conjunto. Essa perspectiva metodológica permite prescrutar como o conservadorismo religioso pode se apresentar como um desafio às Ciências da Religião, quando estas se propõem contribuir para a construção de inovação, inserção social e enfrentamento de assimetrias.

Para realizar a análise dessa temática, opta-se pela metodologia de revisão integrativa de literatura, na perspectiva de Mendes; Silveira; Galvão². Define-se como subeixos temáticos para esta investigação: religião e transformação social; Relações entre conservadorismo religioso e assimetrias de gênero; teologia feminista: um contraponto ao conservadorismo religioso na busca pela equidade de gênero; desafios da presença do conservadorismo religioso às Ciências da Religião. A seguir, serão apresentados os resultados de nossa análise.

1. Religião e transformação social

Este estudo parte da hipótese que a religião, por ser parte da estrutura social e por sua característica da ambiguidade, pode atuar como fator de manutenção do *status quo* no que tange ao gênero, como ocorre nos casos de conservadorismo religioso. Pode, também, atuar como fator de transformação social das relações de gênero, como é o caso das teologias feministas.

De que estamos falando, quando nos referimos à religião? A resposta a essa questão exige que enfrentemos o problema da complexidade dos conceitos. Um primeiro desafio é entendermos religião, do ponto de vista de sua função social no conjunto da sociedade.

“Religião”, “Igreja(s)”, “religiões”, e “religiosidade” são conceitos intrinsecamente complexos que podem gerar confusões se não houver uma clara delimitação acerca do objeto de estudo. Neste estudo, não se buscará uma discussão exaustiva sobre tais noções. Será apresentada a definição que melhor contribua para a compreensão do fenômeno a ser analisado.

Após uma extensa discussão sobre o significado do termo “religião”, Otto Maduro e Hugues Portelli apresentam uma definição que se alinha de forma mais próxima à compreensão que se adota neste estudo. Maduro³ apresenta como:

Uma estrutura de discursos e práticas comuns a um grupo social referentes a algumas forças sobrenaturais, personificadas ou não, múltiplas ou unificadas, tidas pelos crentes como anteriores e superiores ao seu ambiente natural e social, frente às quais os crentes expressam certa dependência e diante das quais se consideram obrigados a um certo comportamento em sociedade com seus semelhantes.

Ao conceito de Maduro, acrescenta-se o pensamento de Portelli. O autor afirma que essas estruturas de discursos e práticas “criam um sistema de relações (culto) entre os homens e essas forças

¹ GUERRIERO, S., Desafios atuais aos estudos das religiões, p. 17.

² MENDES, K.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M., Revisão integrativa, p. 759.

³ MADURO, O., Religião e luta de classes, p. 31.

(deuses)⁴. Adicionalmente, de acordo com Gramsci⁵, a religião não é um conjunto ideológico homogêneo, mas subdividido concretamente em sub-religiões. Defende o autor que, se considerarmos uma mesma religião, por exemplo o cristianismo, ficará evidente que, sob a aparência de homogeneidade ideológica, de fato existe uma subdivisão paralela aos diferentes grupos sociais que a compõem.

Partindo das críticas marxianas da religião, Gramsci⁶ as reavalia, considerando o possível aspecto revolucionário apresentado, por ela, em alguns períodos históricos, como no início do Cristianismo. Segundo ele, a ideologia religiosa como concepção de mundo das classes subalternas, pode desempenhar, e no passado desempenhou um papel progressista fornecendo a estes grupos sociais uma base ideológica para uma ação prática positiva. Consequentemente, para o autor, a religião cristã desempenhou um papel histórico positivo.

Porém, o próprio Gramsci⁷ alerta para os limites das funções sociais da religião, ao enfatizar que o reconhecimento da necessidade da religião não deve levar ao erro inverso, ou seja, considerar que toda ideologia religiosa é necessária, pois a religião é apreciada em função de seu conteúdo e não tanto da atitude prática que ela encerra: o determinismo católico é necessário quando corresponde a um movimento popular, mas deve ser combatido quando leva as classes subalternas à passividade.

Como se pode observar, a análise gramsciana da religião se diferencia em parte da análise de Marx, abrindo a possibilidade de que esta seja uma força aglutinadora das massas oprimidas e criadora de uma vontade coletiva como uma concepção ativa do mundo. No entanto, o autor, nem por isso deixa de preconizar a necessidade de sua superação historicamente necessária, pela filosofia da práxis.

Em sintonia com a perspectiva gramsciana de conceber a religião em sua forma ambígua, Maduro⁸ afirma que toda a ação religiosa numa sociedade de classes é uma ação que não está nem por fora, nem por cima dos conflitos de classes, mas é uma ação efetuada no seio dos conflitos de classes e, como tal, é uma ação atravessada, limitada e orientada por esses conflitos de classes. A maneira como esses conflitos atravessam, limitam e orientam a ação religiosa em seu seio, varia de uma classe a outra, de um grupo social a outro. Vale destacar que, embora os autores acima estivessem se referindo às relações entre religião e classe social, na perspectiva marxista, pode-se pensar que essa mesma perspectiva pode ser considerada, quando se analisa relações de gênero, uma vez que as dinâmicas sociais em relação a esses dois aspectos das relações sociais apresentam características semelhantes. Mas, neste caso, como a religião pode influenciar nas concepções e nas relações de gênero mais ou menos igualitárias e equitativas.

Maduro⁹ argumenta que as religiões não constituem necessariamente um obstáculo à autonomia das classes subalternas. Sob determinadas condições sociais e conforme a dinâmica interna do campo religioso, práticas, discursos e instituições religiosas podem desempenhar um papel favorável ao desenvolvimento autônomo dessas classes e ao fortalecimento de suas alianças contra a dominação. Ainda, para Maduro¹⁰, a religião pode funcionar, em contextos específicos, como um mediador ativo, permitindo que as classes subalternas avancem em sua consciência de classe, servindo como um canal para o desenvolvimento de uma consciência autônoma. Esse papel se torna mais evidente quando o sistema religioso das classes subalternas torna explícitas as relações de dominação, dessacralizando as classes dominantes e apresentando as lutas contra a opressão como inspiradas por forças sobrenaturais e metassociais. Sob essas condições, a religião pode atuar como um canal de organização autônoma e mobilização das classes subalternas contra a dominação. Essas possibilidades, nas quais a religião pode funcionar como mediadora ativa ou canal de mobilização, são relevantes para a análise dos desafios impostos pelo conservadorismo religioso às Ciências da Religião, especialmente quando essas disciplinas abordam questões de igualdade e equidade nas concepções e relações de gênero.

⁴ PORTELLI, H., Gramsci e a questão religiosa, p. 21.

⁵ PORTELLI, H., Gramsci e a questão religiosa, p. 144.

⁶ PORTELLI, H., Gramsci e a questão religiosa, p. 181.

⁷ PORTELLI, H., Gramsci e a questão religiosa, p. 181.

⁸ MADURO, O., Religião e luta de classes, p. 31.

⁹ MADURO, O., Religião e luta de classes, p. 36.

¹⁰ MADURO, O., Religião e luta de classes, p. 45.

2. Relações entre conservadorismo religioso e assimetrias de gênero

Os estudos de gênero, estudos feministas e a mobilização dos movimentos de mulheres nos mais diversos setores da sociedade evidenciaram uma realidade social gritante. Trata-se do alto índice de violência contra a mulher perpetrado por homens, especialmente no espaço doméstico. Essa realidade é evidenciada na 10ª edição da pesquisa Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher¹¹, quando mostra que 30% das mulheres do país já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Dentre elas, 76% sofreram violência física, índice que varia de acordo com a renda. Enquanto 64% das mulheres que sofreram violência doméstica ou familiar e que recebem mais de seis salários mínimos declaram ter sofrido violência física, esse índice chega a 79% entre as vítimas com renda de até dois salários mínimos. A partir dessas evidências, colocamos as seguintes questões: o que faz com que alguém (homem) se permita agredir outra pessoa (mulher)? E o que faz com que alguém (mulher) permita que outra pessoa (homem) lhe agrida? E, principalmente, o que faz com que mulheres agredidas permaneçam em relações perigosas e violentas contra elas?

A análise dessas questões levou os autores deste estudo a formularem a hipótese de que os indivíduos consideram os valores religiosos como elementos de relevante importância para a autoperccepção enquanto seres humanos. Tendo em vista que os valores religiosos predominantes na cultura ocidental são, em grande medida, misóginos, são esses valores que exercem influência sobre a constituição e manutenção das identidades de gênero, tanto masculina quanto feminina. Esse processo, por sua vez, contribui para a perpetuação de relações hierárquicas de gênero como apontado em inúmeros estudos¹².

O conceito de gênero, que pode ser compreendido como o “conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana”¹³, já vem sendo discutido tanto nos movimentos de mulheres como nas universidades ou outros espaços de produção teóricas desde algumas décadas atrás. A lógica da referida reflexão é a concepção de que “os sistemas de sexo/gênero não são emanações a-históricas da mente humana; elas são produtos da atividade humana histórica”¹⁴, ou seja “a diferença entre os sexos é construída socialmente, o que quer dizer que nem a anatomia nem a natureza explicam o domínio das mulheres pelos homens, mas que essa dominação social reinterpreta, utiliza, atribui um sentido à diferença biológica, e em particular, à maternidade e à paternidade”¹⁵. Portanto, utilizar a categoria gênero em análises sociais significa rejeitar explicitamente as justificativas biológicas para as desigualdades nas relações sociais entre os sexos e colocar “a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade”¹⁶.

Se as relações de gênero não são inerentes à natureza, mas, sim, socialmente construídas, é necessário compreender o processo que sustenta essa construção e o modo como elas se perpetuam em uma sociedade que hierarquiza os papéis de gênero, frequentemente em detrimento das mulheres. Nesse contexto, a religião surge como um elemento significativo na construção e manutenção das hierarquias de gênero. A interseção entre gênero e religião se fundamenta nos estudos da antropologia e da sociologia feminista, com pesquisas iniciais concentrando-se em como as práticas religiosas ditam e determinam comportamentos para homens e mulheres¹⁷.

Os estudos citados frequentemente exploram como normas de gênero se adaptam após conversões para novas religiões ou como práticas religiosas estabelecidas reforçam papéis de gênero, limitando ou prescrevendo comportamentos para ambos os sexos. Ao longo da história, muitas tradições religiosas

¹¹ DATASENADO, Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, p. 5.

¹² HARTMANN, H. I., The family as the locus of gender, class, and political struggle, p. 14; JOBERT, Z., Disseminating the MenEngage approach to address gender-based violence in Rwanda, p. 17; TORRES, O. P., Todos los días de la semana, p. 27.

¹³ RUBIN, G., O tráfego de mulheres, p. 2.

¹⁴ RUBIN, G., O tráfego de mulheres, p. 2.

¹⁵ FERRAND, M., Relações sociais de sexo, maternidade e paternidade, p. 61.

¹⁶ SCOTT, J., Gênero, p. 5

¹⁷ AVISHAI, O., Theorizing gender from religion cases; BUSIN, V. M., Religião, sexualidades e gênero; OLIVEIRA, A. P.; ENOQUE, A. G.; Gênero e religião; WOODHEAD, L., Gender differences in religious practice and significance.

têm desempenhado um papel na legitimação de normas e valores patriarcais, promovendo a divisão sexual do trabalho e reforçando a subordinação das mulheres aos homens¹⁸.

A religião, ao ser uma instituição central na construção de sentidos e valores sociais, frequentemente atua como um vetor de normatização dos papéis de gênero, justificando a desigualdade com base em discursos de ordem moral ou divina. No entanto, estudos mais recentes¹⁹ avançaram para examinar como o gênero não apenas responde a estruturas religiosas, mas também influenciaativamente as éticas e práticas religiosas. Mesmo em religiões onde a liderança masculina é predominante, as mulheres podem receber e praticar identidades espirituais e éticas que lhes permitem afirmar agência e exercer poder em suas comunidades religiosas.

Evidências sociológicas e etnográficas encontradas em vários estudos²⁰ indicam que há, de fato, uma discrepância significativa entre as normas patriarcais estabelecidas nas doutrinas religiosas e como essas normas são vivenciadas na prática cotidiana. Essa diferença é especialmente perceptível nos espaços religiosos, que são generificados de formas que permitem graus variados de influência e autonomia para homens e mulheres. Em muitos casos, as mulheres demonstram agência e resiliência ao participar de práticas e comunidades religiosas patriarcais, desafiando a visão convencional de que tal participação necessariamente equivale à opressão.

Como indicam as investigações citadas, ao se engajarem em práticas religiosas patriarcais, as mulheres podem não estar se submetendo passivamente a elas, mas, utilizando-se dessas práticas como meios para alcançar crescimento pessoal e construir suas identidades. Esse envolvimento, mesmo dentro de sistemas aparentemente rígidos e hierárquicos, permite que mulheres encontrem formas de se expressar espiritualmente e de estabelecer relações de apoio e solidariedade. Assim, a participação em estruturas religiosas patriarcais pode, paradoxalmente, oferecer caminhos para o desenvolvimento e para a afirmação da individualidade feminina.

As informações dos estudos referidos ampliam a compreensão das relações de gênero no contexto religioso, demonstrando que as mulheres podem encontrar poder e significância dentro dos limites que, à primeira vista, parecem apenas restritivos. As interpretações e vivências da fé, portanto, variam amplamente, e as mulheres podem adaptar as normas religiosas para que estas atendam às suas necessidades pessoais e sociais, criando espaços de autonomia que desafiam as expectativas tradicionais.

No entanto, em que pesem as possibilidades de diversos posicionamentos das mulheres no âmbito do conservadorismo religioso, essa forma de religião ainda representa dificuldades à equidade de gênero, por trazer em seu bojo forte defesa de valores tradicionais de família e resistência à movimentos sociais que buscam promover a igualdade de gênero. Ao se fundamentar, em sua maior parte em interpretações literais de textos sagrados e em discursos morais que amplificam as diferenças de gênero, o conservadorismo religioso contribui para a perpetuação de uma ordem social hierarquizada. Assim, a religião, especialmente em suas vertentes conservadoras, pode ser vista como um agente de reforço das desigualdades de gênero, justificando e perpetuando estruturas que subordinam as mulheres e restringem sua atuação na esfera pública e privada.

Como indicam as investigações citadas, uma das características da religião que tem chamado a atenção de cientistas na atualidade é a presença do conservadorismo religioso. Nas trilhas dessas investigações, Magali Cunha²¹, referindo-se ao conservadorismo político, o apresenta como um movimento, uma tendência clássica no campo da política, que existe há muito tempo dentro e fora do Brasil. É aquela tendência política em que grupos, pessoas, lideranças tentam manter as coisas como elas são, manter o *status quo*. Dentro desta lógica, segundo a autora, há grupos que atuam para manter as coisas deste jeito, em termos de liderança política, quem é que lidera, quem toca processos, os costumes, a moralidade, as leis, a organização social. Esta é a concepção clássica de conservadorismo,

¹⁸ AHMED, L., Women and gender in Islam; BJORK-JAMES, S., Gender and religion; NYHAGEN, L., The lived religion approach in the sociology of religion and its implications for secular feminist analyses of religion; ÖZTÜRK, C., Revisiting the Islam-patriarchy nexus; PERALES, F.; BOUMA, G., Religion, religiosity and patriarchal gender beliefs.

¹⁹ JOUILI, J. S., Pious practice and secular constraints.

²⁰ JOUILI, J. S., Pious practice and secular constraints; MARZOUKI, N., Religious difference in a secular age; RINALDO, R., Muslim women, moral visions.

²¹ CUNHA, M., Como o conservadorismo e o fundamentalismo operam no Brasil?.

ou seja, o conservadorismo se coloca em oposição à ideias de transformação ou mudança que altere a ordem das coisas.

De acordo com Mannheim²², o conservadorismo surge em oposição aos movimentos progressistas organizados e sistemáticos da sociedade moderna. Enquanto o tradicionalismo é uma atitude psicológica, individual, com tendência a se prender ao passado, o conservadorismo é um comportamento, individual e coletivo, que apresenta uma continuidade histórica e social: “o aparecimento de um movimento conservador consciente já é, portanto, uma indicação de que o moderno mundo social e intelectual desenvolveu uma estrutura particular própria”²³. Nesse sentido, o surgimento do conservadorismo demonstra a existência de uma interação entre tendências e movimentos progressistas e promovem a mudança enquanto outros são ‘regressistas’ e a retardam”²⁴.

Em que pese o fato de que a concepção de conservadorismo anteriormente apresentada refira-se ao âmbito da política, algo semelhante acontece no âmbito da religião. E se, como foi destacado antes, o conservadorismo político se concentra em resistir o avanço das lutas de movimentos sociais com foco sócioeconômico, no caso do conservadorismo religioso, o foco está no crescimento e avanço dos movimentos que lutam pela igualdade de gênero e pelo direito e respeito à diversidade sexual. Conforme Vaggione, Machado e Biroli²⁵, a constituição atual do conservadorismo latino-americano está vinculada a “uma temporalidade marcada pelos avanços dos movimentos feministas e LGBTQI+ e expressa coalizões políticas de grupos cristãos com setores não religiosos da direita”, com a finalidade de conquistar e garantir a hegemonia moral perante outros grupos e movimentos.

Segundo as autoras citadas, líderes religiosos utilizam-se de discursos e estratégias com base em uma moral cristã para regular a vida social e sexual de homens e mulheres, alcançando e influenciando diferentes setores que vão além do universo e da agenda religiosa. As estratégias da hierarquia religiosa e das pessoas da sociedade civil que a ela se aliam voltam-se para listar e regular comportamentos individuais sob a justificativa de preservar os valores morais cristãos, a família e a manutenção da ordem sexual. Essas mesmas pessoas criticam e condenam os grupos e movimentos que defendem a diversidade sexual e a igualdade de gênero²⁶.

Para Miskolci²⁷, é no contexto do conservadorismo religioso que se passou a nominar as lutas por equidade entre mulheres e homens de “ideologia de gênero”. A partir dessa nominata, essas lutas passaram a ser vistas como algo maléfico e, por esse motivo, como algo que precisa ser fortemente combatido por cristãos não apenas na América Latina, mas também na Europa²⁸. Entretanto, ainda conforme as autoras, foi no continente latino-americano que ela se enrobusteceu, sobretudo em reação aos avanços na conquista de direitos pela população LGBTQIA+, em especial a aprovação do casamento homoafetivo na Argentina e no Brasil. A partir dessas informações, pode-se perceber como a influência do conservadorismo religioso pode afetar os direitos de mulheres, sobretudo no campo da reprodução e do livre exercício da sexualidade.

3. Teologia feminista: um contraponto ao conservadorismo religioso na busca pela equidade de gênero

Os estudos de gênero têm evidenciado que uma das graves consequências da presença do conservadorismo religioso no que se refere ao gênero é a relação de violência que pode se estabelecer nas relações entre homens e mulheres. É verdade que a compreensão da questão da violência de gênero não se esgota com as explicações sobre o papel da religião nas concepções das identidades de gênero, mas também não se pode negligenciar a força desse papel contribuindo para que situações de violência de gênero se perpetuem. E o quadro de violências de gênero é bastante assustador, pois em 2023, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou a quarta edição da pesquisa “Visível e invisível: a

²² MANNHEIM, K., O pensamento conservador.

²³ MANNHEIM, K., O pensamento conservador, p. 107.

²⁴ MANNHEIM, K., O pensamento conservador, p. 107.

²⁵ BIROLI, F., MACHADO, M. D. C., VAGGIONE, J. M., Gênero, neoconservadorismo e democracia.

²⁶ BIROLI, F., MACHADO, M. D. C., VAGGIONE, J. M., Gênero, neoconservadorismo e democracia.

²⁷ MISKOLCI, R., Exorcizando um fantasma.

²⁸ MISKOLCI, R.; CAMPANA, M., Ideologia de gênero.

vitimização de mulheres no Brasil”²⁹, que mostrou que quase 30% das brasileiras sofreram algum tipo de violência ou agressão durante o ano de 2022 e que ocorreu um substancial aumento dessa violência em 2023.

Também os dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam que exemplos de violências contra a mulher são explicitados nos depoimentos das respondentes de sua investigação, quando lhes foi perguntado se receberam “batida, empurrão ou chute” nos últimos doze meses, e 11,6% delas responderam positivamente, ante um índice de 6,3% na pesquisa de 2021. A referida investigação³⁰ aponta que mais de 25,4 milhões de brasileiras já tenham sofrido violência doméstica provocada por homem em algum momento da vida. Dentre elas, 22% declaram que algum desses episódios de violência ocorreu nos últimos 12 meses, de maneira que o percentual permanece estável em 2023. Entre os tipos de violência que a pessoa conhecida sofreu, o IPEA destaca que os mais frequentes são as violências física (89%), psicológica (86%) e moral (82%).

Apesar de os dados serem alarmantes, é majoritária a percepção de que as mulheres que sofrem agressão se calam perante a violência. Uma Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher feita pelo DataSenado³¹, sobre os motivos pelos quais mulheres não denunciam violência doméstica sofridas, indica que parcela significativa das mulheres entrevistadas (73%) afirma ser por medo do agressor. Além disso, a falta de punição e a dependência financeira são outras situações que, para 61% das brasileiras, levam uma mulher a não denunciar a agressão na maioria das vezes. Essa mesma pesquisa indicou que, em relação à população feminina no Brasil, em 2023, 46% declaram-se católicas, 33% informam ser evangélicas e 23% outra ou sem religião³².

Os dados citados são importantes, uma vez que estamos considerando a incidência do conservadorismo religioso na busca por equidade nas relações de gênero e a mesma investigação³³ indicou que “mais mulheres que possuem outra religião ou crença (que não a católica ou evangélica) e/ou que não possuem religião percebem o país como muito machista em relação a mulheres católicas e evangélicas”. Essa informação permite inferirmos que em contraponto, mulheres que possuem essas religiões apresentam dificuldades para perceber o machismo nas relações em que estão inseridas, o que pode resultar em situações de violência doméstica.

Como entender a lógica da violência anteriormente evidenciada? A influência das ideias religiosas é muito forte na sociedade Ocidental. Ela reforça uma identidade de gênero feminina fragilizada, tirando da mulher a possibilidade de reagir, com receio de cometer pecado ao rebelar-se contra os desígnios sagrados. No entanto, no contexto de intensa violência contra a mulher, a teologia feminista tem se apresentado como um contraponto ao conservadorismo religioso, visando contribuir na construção de simbologias religiosas que contemplam a perspectiva da equidade nas relações de gênero.

Sobre a teologia feminista, Nunes³⁴ afirma que a maior contribuição para a teologia feminista brasileira vem certamente do movimento feminista e quando essa teologia acompanha as questões quotidianas das mulheres, produz uma ruptura que a afasta do pensamento institucional e a separa também da Teologia da Libertação, que é ainda patriarcal e está repleta de imagens masculinas de Deus. Para Nunes³⁵, a teologia feminista na América Latina tem aprofundado a reflexão sobre a emancipação corporal da mulher, a partir da experiência de vida e do trabalho com mulheres pobres na sua luta pela sobrevivência. Como exemplos dessa forma de pensamento, Nunes cita Gebara³⁶.

Lugar central tem ocupado na teologia feminista a figura de Maria. À leitura tradicional que dela tem sido feita as feministas apresentam uma nova hermenêutica. Criticando as leituras tradicionais sobre Maria, afirma Gebara³⁷ que:

²⁹ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, Visível e invisível.

³⁰ IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Atlas 2023, p. 12 e 18.

³¹ DATASENADO, Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher.

³² DATASENADO, Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher.

³³ DATASENADO, Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, p. 3.

³⁴ ROSADO-NUNES, M. J., Gênero e Religião.

³⁵ ROSADO-NUNES, M. J., Gênero e Religião.

³⁶ GEBARA, I., Desafios que o movimento feminista e a teologia feminista lançam à sociedade e à Igreja; GEBARA, I., Epistemologia ecofeminista; GEBARA, I., Rompendo o silêncio.

³⁷ GEBARA, I., Desafios que o movimento feminista e a teologia feminista lançam à sociedade e à Igreja, p. 67.

Temos presenciado muitas vezes na Igreja uma pregação e uma devoção a Maria que são, na verdade, mais judaicas que cristãs. Apresentando Maria como o protótipo da mulher suave e aquiescente, passiva e concorde, a que sempre diz ‘SIM’, estamos, certamente, muito perto do quadro da mulher judia [...], mas não estamos, certamente, assimilando e dando conta de toda a novidade que o Cristianismo traz.

Na mesma direção das críticas de Gebara sobre a concepção androcêntrica de Maria, encontra-se o pensamento de Reimer, segundo a qual é necessário e urgente “reler e resgatar parte da história de Maria para reconstruir seu significado dentro da história de Deus com o seu povo”³⁸. Afirma a autora que Maria foi anunciada nos Evangelhos como a grande serva do Senhor. A construção Lucana do *Magnificat* serviu como um forte instrumento ideológico de reverência ao papel da maternidade, da mulher sujeita a um senhor, fiel e dócil aos desejos masculinos. Essa visão de mundo fica estreita para a mulher. No mesmo sentido apresenta-se a concepção mariana de Gebara³⁹, quando se refere à Maria. A autora instaura, portanto, um olhar histórico / teológico feminino sobre a força feminina de Maria. Confere-lhe garra e deliberação da vontade livre. O enfoque de humildade de Maria é modificado, amplia-se à visão de sua atitude, para a força de combate em defesa dos pobres e, quem sabe, também em defesa da igualdade entre os gêneros⁴⁰.

Entende-se que essa proposta de hermenêutica feminista sobre Maria possibilita uma nova compreensão do papel de tão importante personagem da teologia cristã. Ao tornar explícita a coragem e a força de Maria, desmistifica a ideia de que a mulher seja fraca e pecadora. Maria é repensada como mulher que aceita sua tarefa com muita determinação, sabendo dos incômodos que sofreria por sua decisão. Na ótica feminista da anunciação, Maria se torna sinal de destemor e bravura. Tais elementos destacados na teologia feminista fornecem subsídios teológicos que alimentam a mística nos moldes feministas e se apresentam como um contraponto ao conservadorismo religioso, que reforça a ideia da necessidade de obediência e subserviência do feminino.

4. Desafios da presença do conservadorismo religioso às Ciências da Religião, no que se refere à redução de assimetrias de gênero

Considerando-se o processo de amadurecimento acadêmico e epistemológico da Área de Ciências da Religião e Teologia, a discussão da relação entre religião e gênero adquire fundamental importância. Isto porque nem sempre esse tema foi colocado em pauta no âmbito das investigações da Área. De acordo com Nunes⁴¹ e Schmidt⁴², por bastante tempo, os acadêmicos do campo dos estudos religiosos negligenciaram o papel da mulher e, particularmente, a religião como meio de atribuição de poder para as mulheres. Dessa maneira, muitos desafios em diferentes formas e dimensões da religião ainda estão em aberto, desafiando a Área a enfrentá-los.

Dentre os desafios postos às Ciências da Religião e Teologia destaca-se a necessidade de se considerar as relações entre a religião majoritária no Brasil, o cristianismo em todas as suas ramificações; a presença do conservadorismo religioso e seu contraponto, a teologia feminista; a presença marcante de altos índices de violência contra a mulher em nossa sociedade atual. Esse contexto põe muitas perguntas no que tange aos estudos de gênero ao interno da Área. Tais perguntas nos remetem à necessidade de se colocar em pauta e dinamizar os estudos das relações de gênero e religião no âmbito da Área.

As questões postas são importantes, porque em que pesem os esforços para a produção de estudos e de teologia feministas na busca para se conquistar e garantir equidade de gênero, a relação entre religião e gênero ainda se apresenta como um desafio à Área de Ciências da Religião e Teologia em, no mínimo, duas dimensões: em sua epistemologia, quando é chamada a análise crítica do conservadorismo religioso e a responder às demandas de construção de novas abordagens, como as teologias feministas,

³⁸ REIMER, I. R., Maria nos evangelhos sinóticos, p. 35.

³⁹ GEBARA, I., Desafios que o movimento feminista e a teologia feminista lançam à sociedade e à Igreja, p. 87.

⁴⁰ GEBARA, I., Desafios que o movimento feminista e a teologia feminista lançam à sociedade e à Igreja.

⁴¹ ROSADO-NUNES, M. J., Violência simbólica.

⁴² SCHMIDT, B. E., A antropologia da religião.

por exemplo; em sua dimensão prática, quando necessita modificar as relações de gênero presentes ao seu interno, com a construção de equidade de gênero em todos os âmbitos de suas interações (coordenações, corpos docentes e discentes), bem como externas, com a participação na construção de políticas públicas que levem a equidade de gênero em consideração (Documento da Área de Ciências da Religião e Teologia – CAPES). No entanto, a Área, em todas as suas instâncias e em consonância com os documentos orientadores da CAPES (PNPG – CAPES)⁴³, vem buscando formas de superação de várias formas de assimetrias, dentre elas, as de gênero.

Conclusão

Este estudo teve como objetivo apresentar uma análise sobre a relação entre conservadorismo religioso e seu contraponto, a teologia feminista nas relações entre religião e manutenção ou redução de assimetrias de gênero, destacando-se como esses elementos desafiam a Área de Ciências da Religião e Teologia. Este tema é relevante para as Ciências da Religião, por investigar a relação entre conservadorismo religioso e assimetrias de gênero. Essa discussão se faz importante, especialmente pela sua intersecção com temas de gênero, feminismo e religião, os quais são fundamentais tanto no cenário acadêmico quanto na sociedade contemporânea. A pesquisa contribui para a compreensão dos desafios teóricos e práticos impostos às Ciências da Religião em um contexto marcado pela hegemonia religiosa e a luta por equidade de gênero.

Os dados levantados apontam para a constatação que as relações entre religião e gênero se apresentam como um desafio à Área de Ciências da Religião e Teologia em, no mínimo, duas dimensões: em sua epistemologia, quando é chamada a análise crítica do conservadorismo religioso e a responder às demandas de construção de novas abordagens epistemológicas, como as teologias feministas, por exemplo; em sua dimensão prática, quando necessita modificar as relações de gênero presentes ao seu interno, com a construção de equidade de gênero em todos os âmbitos de suas interações (coordenações, corpos docentes e discentes), bem como externas, com a participação na construção de políticas públicas que levem a equidade de gênero em consideração.

A discussão trazida por esse estudo é importante, especialmente pela sua intersecção com temas de gênero, feminismo e religião, os quais são fundamentais tanto no cenário acadêmico quanto na sociedade contemporânea. Nesse sentido, pode contribuir para a compreensão dos desafios teóricos e práticos impostos às Ciências da Religião em um contexto marcado pela hegemonia religiosa e a luta por equidade de gênero. Pode, também, propiciar um olhar crítico sobre o conservadorismo religioso e a teologia feminista, oferecendo uma contraposição interessante entre esses dois polos no campo das Ciências da Religião. A escolha da teologia feminista como um instrumento de análise para as questões de gênero no contexto religioso é uma abordagem significativa e revela originalidade.

Em relação às contribuições da teologia feminista criada e discutida no âmbito das Ciências da Religião, a investigação apontou que ao repensar o lugar e o papel da mulher no âmbito da família, da religião e da Área, fornece subsídios para que as mulheres possam se sentir legítimas em suas crenças e práticas religiosas sem renunciar ao respeito a si mesmas, de sua autonomia e de sua inserção social e política nos diferentes espaços onde atuam.

Dessa forma, embora o conservadorismo religioso possa buscar formas de fortalecer as assimetrias de gênero, as Ciências da Religião, através da teologia e outros estudos feministas, podem dar contribuições significativas para a construção de relações menos assimétricas, relações qualitativamente diferenciadas não apesar da religião mas muitas vezes exatamente porque somos religiosos ou porque pensamos no âmbito da religião.

⁴³ Trata-se dos seguintes documentos: 1) documento de Área, onde são explicitados: a natureza, a identidade, a epistemologia, os objetivos e demais informações teóricas e práticas que definem a Área; 2) ficha de avaliação: documento onde são apresentados todos os critérios e procedimentos referentes à avaliação quadrienal dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) da Área, da qual decorre as notas dos Programas da Área, indo de 3 (nota mínima para que o PPG possa funcionar) a 7; 3) documento orientador de APCN: no qual estão apresentadas todas as informações necessárias à construção e oferta de propostas de cursos novos à Área. Todos esses documentos poderão ser localizados no site da Área: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/ciencias-da-religiao-e-teologia>

Referências bibliográficas

- AHMED, Leila. **Women and gender in Islam**: Historical roots of a modern debate. Veritas Paperbacks. New Haven & London: Yale University Press, 2021.
- AVISHAI, Orit. Theorizing gender from religion cases: agency, feminist activism, and masculinity. **Sociology of Religion**, v. 77, n. 3, p. 261-279, 2016.
- BINGEMER, Maria Clara Luchetti. As mulheres e o rabbi de Nazaré. **Ecos Marianos. Almanaque de Nossa Senhora Aparecida**, v. 1, n. 1, p. 55-56, 2012.
- BINGEMER, Maria Clara Luchetti. El Cristianismo: una religión?. **Concilium**, v. 337, p. 75-90, 2010.
- BINGEMER, Maria Clara Luchetti. Jesus de Nazaré: um olhar feminino. **Itaici**, v. 20, n. 1, p. 23-36, 2011.
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BJORK-JAMES, Sophie. Gender and religion. **Anthropology**. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- BRANDÃO, Margarida Luiza (Org.). **Teologia na ótica da mulher**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 1990.
- BUSCEMI, Maria Soave. Lilith, a deusa do escuro. **Mandrágora**, v. 11, n. 11, p. 9-15, 2005.
- BUSIN, Valéria Melki. Religião, sexualidades e gênero. **Revista de Estudos da Religião (REVER)**, v. 11, n. 1, p. 105-124, 2011.
- CUNHA, Magali. Como o conservadorismo e o fundamentalismo operam no Brasil? Em entrevista concedida a Semayat S. Oliveira. **Jornal NÓS, mulheres da periferia**, 26 out. 2021. Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/como-o-conservadorismo-e-o-fundamentalismo-operam-no-brasil/>>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- DATASENADO. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher**. Novembro/2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023>>. Acesso em: 29 out. 2024.
- DEIFELT, Wanda. Temas e metodologias da Teologia Feminista. In: SOTER (Org.). **Gênero e Teologia: Interpretações e perspectivas**. São Paulo / Belo Horizonte: Paulinas / Loyola / Soter, 2004. p. 37-49.
- FERRAND, Michèle. **Relações sociais de sexo, maternidade e paternidade**. Trad. Soraya Tahran. Mimeografado, 1987.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2024.
- GEBARA, Ivone. Desafios que o movimento feminista e a teologia feminista lançam à sociedade e à Igreja. **Estudos Teológicos**, v. 1, n. 27, p. 153-161, 1987.
- GEBARA, Ivone. Epistemologia ecofeminista. **Mandrágora**, v. 6, n. 6, p. 18-27, 2000.
- GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4. ed., 1981.
- GUERRIERO, Silas. Desafios atuais aos estudos das religiões. **ComCiência**, v. 65, n. 1, 2005.

HARTMANN, Heidi I. The family as the locus of gender, class, and political struggle: the example of housework. In: *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 6, n. 3, p. 366-390, 1981.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas 2023: violência contra mulher**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/276/atlas-2023-violencia-contra-mulher>>. Acesso em: 19 set. 2024.

JOBERT, Zélie. Disseminating the MenEngage approach to address gender-based violence in Rwanda: between (re)politicization of gender programs and masculinization of the women's agenda. **Analize: Journal of Gender & Feminist Studies**, v. 18, n. 32, p. 80-92, 2023.

JOUILI, Jeanette S. **Pious practice and secular constraints**: women in the Islamic revival in Europe. Stanford: Stanford University Press, 2020.

MADURO, Otto. **Religião e luta de classes**. Petrópolis: Vozes, 1983.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 77-130.

MARZOUKI, Nadia. **Religious difference in a secular age**: a minority report. Princeton: Princeton University Press, 2016. In: MAHMOOD, Saba. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*. Cambridge University Press, 2023. p. 208-209.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2024.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à "ideologia de gênero". **Cadernos Pagu**, v. 1, n. 53, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653409>>. Acesso em: 19 set. 2024.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. Ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 set. 2024.

NEUENFELDT, Elaine. Hermenêutica feminista e de gênero. **A palavra na vida**, n. 155/156, p. 5, 2000.

NYHAGEN, Line. The lived religion approach in the sociology of religion and its implications for secular feminist analyses of religion. **Social Compass**, v. 64, n. 4, p. 495-511, 2017.

OLIVEIRA, Alesca Prado; ENOQUE, Alessandro Gomes. Gênero e Religião: um olhar sobre a pesquisa atual. **Ciências Sociais e Religião**, v. 22, n. e020005, p. 1-25, 2020.

OTTERMANN, Monika. Vida e prazer em abundância: a deusa árvore. **Mandrágora**, v. 11, n. 11, p. 40-56, 2005.

ÖZTÜRK, Cemal. Revisiting the Islam-patriarchy nexus: is religious fundamentalism the central cultural barrier to gender equality?. **Zeitschrift für Religion, Gesellschaft und Politik**, v. 7, p. 173-206, 2023. DOI : <https://doi.org/10.1007/s41682-022-00130-3>.

PERALES, Francisco.; BOUMA, Gary. Religion, religiosity and patriarchal gender beliefs: understanding the Australian experience. **Journal of Sociology**, v. 55, n. 2, p. 323-341, 2019.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1984.

REIMER, Ivoni Richter. Maria nos evangelhos sinóticos: uma história que continua sendo escrita. **RIBLA**, n. 46, v. 3, p. 35-51, 2003.

RINALDO, Rachel. Muslim women, moral visions: globalization and gender controversies in Indonesia. **Qualitative Sociology**, v. 34, p. 539-560, 2011.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e Religião. **Revista de Estudos Feministas**, v. 13, n. 2, p. 363-365, 2005.

ROSADO-NUNES, Maria José. **Violência simbólica**: a outra face das religiões. São Paulo: Católicas Pelo Direito de Decidir, 2010. (Cadernos Católicas Pelo Direito de Decidir, 14).

RUBIN, Gayle. **O tráfego de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: S.O.S. Corpo, 1993.

SCHEIDT, Bettina E. A antropologia da religião. In: USARSKI, Frank (Org.). **O espectro disciplinar da Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 53-96.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: Ed. S.O.S. Corpo, 1991.

STROEHER, Marga J. A descoberta da Ártemis de Éfeso. **Mandrágora**, v. 11, n. 11, p. 64-70, 2005.

TORRES, Olga Paz. Todos los días de la semana: servicio doméstico, género y clase. In: ESPUNY TOMÁS, María Jesús; GARCÍA GONZÁLEZ, Guilhermo. **Relaciones laborales y empleados del hogar**: reflexões jurídicas. Espanha: Editorial Dykinson, 2014. p. 85-101.

WOODHEAD, Linda. Gender differences in religious practice and significance. **Travail, genre et sociétés**, v. 1, n. 27, p. 33-54, 2012. Disponível em: <https://shs.cairn.info/journal-travail-genre-et-societes-2012-1-page-33?lang=en>. Acesso em: 29 out. 2024.

Carolina Teles Lemos

Doutora em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo
Docente na Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Goiânia / GO – Brasil
E-mail: cetelemos@uol.com.br

Clóvis Ecco

Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica do Goiás
Docente na Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Goiânia / GO – Brasil
E-mail: clovisecco@uol.com.br

Lisa Valéria Vieira Torres

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás
Docente na Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Goiânia / GO – Brasil
E-mail: lisa.valeria@gmail.com

Thiago de Almeida

Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo
Goiânia / GO – Brasil
E-mail: thiagodealmeida@thiagodealmeida.com.br

Recebido em: 08/11/2024

Aprovado em: 13/12/2024